

# **GUIA DE IDEIAS PARA A TRANSIÇÃO ECOSSOCIALISTA PERSPECTIVAS A PARTIR DO SUL-GLOBAL**



 **FÓRUM  
POPULAR DA  
NATUREZA**

 **FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**



# **Guia de Ideias Para a Transição Ecosocialista: Perspectivas a Partir do Sul-Global**

- **Considerações Iniciais**

A frase “**Não existe planeta B**”, popularizada nos cartazes das manifestações, revela de uma forma simples um problema complexo. Os efeitos do modelo dominante de exploração da natureza sob o capitalismo impuseram mudanças capazes de inviabilizar as condições da vida como a conhecemos. As mudanças climáticas são um dos sintomas desse processo que submete o planeta em busca da valorização contínua do capital, criando, inclusive, mecanismos de lucro nos mercados de carbono.

A cada ano, os Relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) e de outros coletivos da comunidade científica apontam o aumento da temperatura média do planeta, acompanhado da diminuição das áreas de florestas, das geleiras, da perda de água potável, do aumento dos desertos, da acidificação dos oceanos e da contaminação do ar e do solo. Nem a pandemia de Covid-19 foi capaz de frear a emissão dos gases de efeito estufa, e o Brasil manteve posição de destaque por conta das queimadas no processo de desmatamento em curso.

A destruição dos biomas e a perda de biodiversidade são as maiores desde a última extinção em massa. As populações mais empobrecidas são aquelas mais diretamente atingidas pelos eventos climáticos e revelam a face do racismo ambiental. Os povos resistem e criam alternativas reais e potentes ao demonstrarem as possibilidades de convívio sustentável em seus territórios, numa perspectiva de respeito e interação com a natureza.

A ultrapassagem dos limites de equilíbrio do planeta potencializa os danos, criando um ambiente de imprevisibilidade. A superação dessa situação é o maior desafio posto para a humanidade em sua história. A necessidade de superação desse modelo não é uma questão de escolha, mas de sobrevivência e responsabilidade coletiva.

A despeito dos negacionistas, estimulados pelas corporações ou pelo obscurantismo anticientífico, o tema ganhou centralidade no debate político internacional. Acordos internacionais vêm sendo construídos levando em consideração a temática socioambiental. No entanto, os efeitos são limitados

e não atingem o cerne da questão, uma vez que não estabelecem mecanismos de superação da lógica do lucro e da valorização contínua. Desse modo, permanece intocável a perspectiva do desenvolvimento, ainda que com a marca sustentável, do aumento da produção e da integração de mais pessoas no mercado de bens de consumo. Superar essa lógica é o desafio.

Em vários países, o tema aparece e o debate se coloca. O ecossocialismo surge, então, como um horizonte. Segundo seus princípios, as forças produtivas também devem ser radicalmente transformadas, mudando a matriz energética e reduzindo o consumo global de energia; diminuindo a produção de bens de consumo e eliminando atividades desnecessárias; pondo um fim à obsolescência programada.

O ecossocialismo também implica na transformação dos padrões de consumo, das formas de transporte e mobilidade, do planejamento urbano e dos modos de vida. É uma mudança civilizacional, baseada em valores de solidariedade, igualdade-liberdade e respeito pela natureza.

Essa é nossa perspectiva: propor a construção de um debate coletivo - contínuo e processual - capaz de pensar alternativas populares e inclusivas num processo de superação do atual modelo societário. Em seu lugar, buscamos construir algo novo, em que seja possível distribuir riquezas, construir novos modos de existir em sociedade - e valorizar aqueles já existentes em consonância com a preservação - e reconhecer a natureza como portadora de direitos.

Isto posto, esse guia surge como um roteiro para o debate sobre a Transição Ecosocialista. O objetivo aqui é ventilar ideias que apontem para possibilidades de um porvir em que a natureza, e não a figura do ser humano, seja colocada em centralidade. Sabe-se que uma perspectiva que respeite nossa Casa Comum mostra-se inviável sob o capitalismo, cuja lógica impede de pensar a preservação distante do lucro. A transição do atual modelo a outro é necessariamente uma estratégia anticapitalista, num formato que se constrói no diálogo e nas lutas cotidianas em defesa dos (corpos-)territórios.

Esse guia se baseou em debates realizados ao longo do mês de novembro de 2022, promovidos pelo Fórum Popular da Natureza com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, em mesas compostas por militantes e pesquisadores de diversas organizações e grupos do movimento socioambiental brasileiro, que trataram dos seguintes temas: (a) *Planejamento econômico e pós-extrativismo*; (b) *Matriz energética e mudanças climáticas*; (c) *Mineração*; (d) *Gestão de Resíduos*; (e) *Reforma agrária e agroecologia*; (f) *Reforma urbana*; (g) *Povos originários e comunidades tradicionais*; (h) *Conservação, restauração e resiliências ecológicas*; (i) *Saúde e Cultura*; (j) *Educação, Ciência e Tecnologia*.

A elaboração desse guia reflete o conteúdo das mesas e aponta para a necessidade de manutenção do debate entre organizações e movimentos populares, assim como outras iniciativas que apontem na direção da construção de alternativas sistêmicas ao modelo dominante.



Ilustração: Demian Drumond



# **a. Planejamento Econômico e Pós- Extrativismo**

Extrair minérios e vegetais da natureza é uma atividade que sempre acompanhou a humanidade. No capitalismo, essa atividade se submete a uma lógica distinta daquela de satisfazer as necessidades humanas e de seu grupo para se tornar um mecanismo de extração de lucro. Essa prática se confunde com a própria história do país. De certa maneira, consolida uma perspectiva que vê a natureza como um presente, sem custo, que está ali para ser transformada em recurso econômico, independente das consequências nefastas que tal atividade possa ter sobre as sociedades humanas e os biomas das quais fazem parte.

Os extrativismos capitalistas consolidaram grandes grupos e corporações que transitam pelos governos, angariando contratos e informações privilegiadas para a manutenção e a ampliação de seus negócios. O agronegócio, as mineradoras, as companhias de petróleo, de água, entre outras, compõem a base do modelo extrativista e concentrador de riquezas que caracteriza a sociedade brasileira. Não são poderosos, são o poder.

Tais atividades são centrais no processo de destruição ambiental e de violação de direitos em curso: na destruição das florestas, nos ataques aos povos originários, nos diversos tipos de racismo ambiental, nos desastres evidenciados pela mineração e extração de petróleo, pelo uso desenfreado dos combustíveis fósseis, fertilizantes e agrotóxicos. Não existe possibilidade alguma de manter tais atividades e salvar o planeta. Um é a negação do outro.

Faz-se necessário entender que a transição ecossocialista implica em pensar formas de transição que não se realizarão do dia para a noite. Por exemplo, pensar na criação de empregos verdes, ligados a atividades de recomposição ou de produção de energia limpa, que sejam bem remunerados e que tenham direitos similares ou equivalentes aos praticados em algumas empresas do setor, como a Petrobrás.

O extrativismo opera sob a lógica de mercado e sua produção depende de fatores externos, descolados das necessidades sociais. Nesse sentido, qualquer transição popular e justa implica numa revisão dessa lógica,

submetendo as atividades a formas de planejamento capazes de incorporar as demandas sociais no cálculo das atividades.

O planejamento deve superar também a perspectiva keynesiana de planejar o desenvolvimento, articulando os interesses do capital privado, do Estado e da sociedade civil, uma vez que a própria noção de desenvolvimento como crescimento econômico deva ser abandonada, considerando os limites socioambientais das atividades produtivas.

Estabelece-se aqui a necessidade de se pensar outros cálculos no interior da produção, que levem em consideração que, sob o capitalismo, o crescimento não implica em distribuição de renda. Nesse sentido, o debate sobre decrescimento e pós-extrativismo revela um caráter estratégico para se pensar alternativas e a transição ecossocialista, uma vez que a produção deveria obedecer a critérios de alocação de recursos e de distribuição de renda descolados dos tradicionais mecanismos de mercado. É preciso descolonizar a economia e o modo de produção.

O tema do pós-extrativismo se coloca em oposição a um certo progressismo que entende que as limitações sociais presentes no Sul-global podem ser superadas por uma maior racionalização das atividades econômicas, inclusive na regulação dos extrativismos. O pós-extrativismo impõe limites não apenas à atual relação com a natureza, mas também com o trabalho, considerando que as formas de distribuição da riqueza devam obedecer a mecanismos sociais, e não meramente econômicos.

Aqui, o tema da redução da jornada de trabalho e a inclusão dos trabalhos de reprodução social na esfera econômica se põem de forma direta no debate sobre planejamento democrático. Enquanto novas formas de ganhar dinheiro surgem a cada momento, o trabalho vem sendo cada vez mais alterado, com a perda recorrente de direitos conquistados através de lutas sociais e que desarticulam os trabalhadores. Faz-se urgente um novo modelo de trabalho, com menos horas diárias e mais direitos assegurados, inclusive o direito ao lazer e ao ócio.



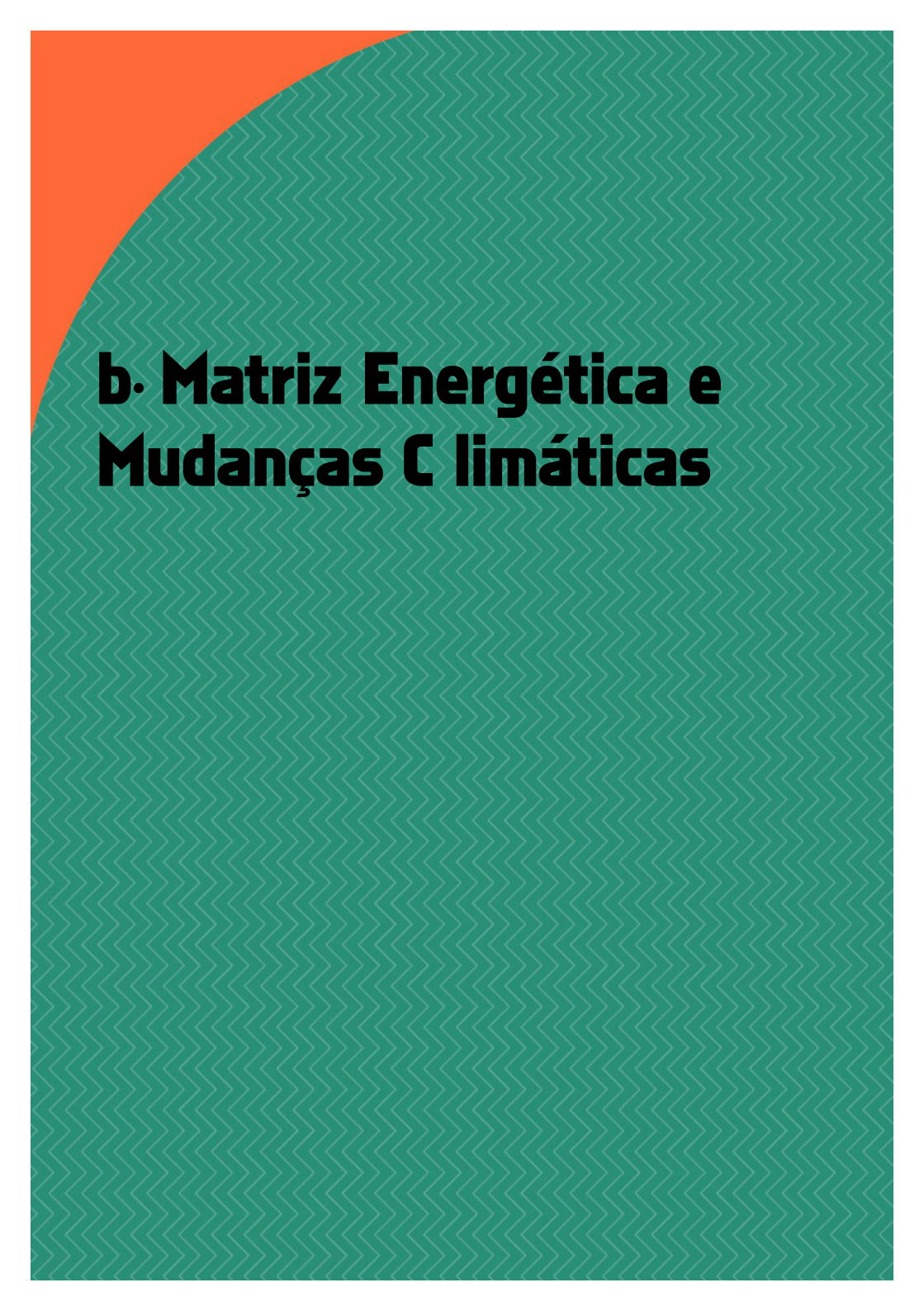
O debate sobre trabalho e alternativas coloca em pauta as experiências exitosas de economia solidária e de cooperativas de produção, distribuição e crédito já existentes e de sucesso, as quais, de certa forma, demonstram as possibilidades das formas da transição ecossocialista. O cooperativismo é um processo real de reordenamento das relações de trabalho e do entendimento do lugar do humano e do coletivo na natureza.

Ou seja, a transição ecossocialista é um processo em curso, evidenciado na agroecologia, nas empresas de agricultura familiar, na criação de novos paradigmas e no debate proposto pelo Papa Francisco acerca da economia de Francisco e Clara, cujo destaque vai para a lógica da economia circular. Modelos e experiências em que as pessoas e a natureza sejam colocadas como prioridades e não como mercadorias, e a questão socioambiental ambiental seja o eixo estruturante da economia.

Evidencia-se que a transição ecossocialista não pode ser pensada num único processo. Serão transições que, inspiradas nas lutas concretas dos povos em seus territórios, criam formas, culturas e perspectivas distintas de superação da lógica que mercantiliza e destrói a natureza. Transições que enfrentem a lógica perversa da globalização e da modernidade que nos trouxeram ao atual cenário de ameaça à vida humana e não humana por todo o planeta. Transições essas que já contam com experiências históricas e atuais que podem nos inspirar e guiar.



Ilustração: Demian Drumond



## **b. Matriz Energética e Mudanças Climáticas**

Dentre as principais questões que precisam ser enfrentadas pelo nosso país no que diz respeito ao desenvolvimento de uma matriz energética limpa, a transformação de um modelo energético baseado nos combustíveis fósseis e a conversão do sistema alimentar globalizado e de monocultivo se fazem urgentes. O Brasil é o 10º país em produção de petróleo no mundo e um dos principais exportadores de commodities do agronegócio.

No entanto, a questão da matriz energética não se restringe às emissões de gás carbônico, e deve-se tomar cuidado com a falácia de que basta apenas descarbonizar, pois há uma captura desse discurso pelo capital. Energias renováveis também geram impactos. É preciso pautar a transição energética a partir da autonomia dos territórios. É importante questionar: Quem é o dono da energia? Pois, quando se faz concessão a empresas privadas, a geração de energia se dá com o objetivo de maximizar os lucros de acionistas.

É importante que os royalties relacionados à instalação de empreendimentos de energia sejam destinados a investimentos de benefício coletivo às populações do território em que é instalado, como em saúde e educação. É fundamental, também, regionalizar as cadeias energéticas pensando em um contexto descentralizado, com redes de energia descentralizadas - embora intercambiáveis - e localmente planejadas, levando em consideração o território e, conseqüentemente, a melhor capacidade de produção energética, pensando na diversificação da matriz e nas potencialidades locais de geração de energia.

Outro ponto de suma importância é a transformação dos modais brasileiros, majoritariamente rodoviaristas e dependentes de derivados do petróleo. Nesse sentido, a própria construção de rodovias depende da extração de petróleo como matéria-prima para o asfalto. É preciso avançar em um projeto de integração nacional via ferrovias.

Repensar cadeias produtivas regionalizadas também colabora para a redução de emissões de gases de efeito estufa e de demanda por combustíveis fósseis, visto que o percurso de circulação de mercadorias é reduzido. Também

precisam ser desenvolvidas alternativas para a geração de gás carbônico utilizado no setor industrial, sendo o nitrogênio verde, produzido a partir de plantas energéticas eólicas e solares, uma dessas alternativas e que poderia ser usada em siderúrgicas e indústrias cimenteiras.

No que se refere às mudanças climáticas, é necessário implantar projetos de reflorestamento no Brasil e combater o desmatamento e os modelos agrícolas latifundiários e de monocultivo. O planejamento para transição energética exige, portanto, uma transição política, uma transformação política que leve em conta a luta contra a divisão de classes, o racismo e o patriarcado.

A transição energética deve ser justa, a favor da vida e não dos interesses econômicos, sem gerar mais pobreza, injustiças sociais e ambientais e nem violar os direitos das comunidades e da natureza, especialmente dos biomas Caatinga, Cerrado, Mata atlântica e sistema marinho-costeiro - especialmente impactados pela falácia da transição energética ecocapitalista.

A transição energética também deve ser popular, no sentido de que deve ser realizada a partir de bases populares e comunitárias, onde as organizações da sociedade civil diretamente relacionadas à questão participem ativamente das decisões sobre as políticas energéticas. E, por fim, deve ser inclusiva, ou seja, construída a partir de espaços decisórios e de gestão diversos e representativos, incluindo as necessidades energéticas de mulheres, do povo negro, dos povos originários, das populações tradicionais e da classe trabalhadora das cidades e do campo.

Além disso, uma transição energética ecossocialista deve ter o compromisso de universalizar o acesso à energia para todas as pessoas. Considera-se que os vários desafios impostos a este modelo de transição apontam para o combate ao lobby da exploração e uso dos combustíveis fósseis e da produção de energia renovável por parte das gigantes transnacionais capitalistas.

Diversas experiências de geração distribuída de energia elétrica, em especial a partir de painéis fotovoltaicos, demonstram alto retorno financeiro

e grande potencial de economia no orçamento mensal das famílias que fazem uso dessa matriz energética. Também é preciso avançar no desenvolvimento de tecnologias sociais de baixo custo. Para tanto, é de suma importância que o governo invista em parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas. Por último, é imprescindível que essas experiências de caráter popular estejam associadas a espaços de formação política e de divulgação científica, ampliando o acesso a essas informações para toda a sociedade brasileira, e não apenas à tecnocracia que vem pensando sobre o tema e planejando o futuro energético do nosso país.



## **c. Mineração**

O valor de troca preponderante ao valor de uso influencia no modelo de exploração mineral. O valor de uso, que requer uma função social para determinado produto, perde pro fetichismo da mercadoria. A grande maioria dos produtos gerados a partir dos minerais extraídos são supérfluos. Não se extrai recursos minerais para atender a demandas sociais, mas para a produção infinita de mercadorias descartáveis. Portanto, o modelo de exploração mineral capitalista não funciona para atender demandas sociais e coletivas, mas para a acumulação de capital.

Garantir o superávit da balança comercial brasileira pela extração de recursos minerais é um dos projetos levados à cabo pelos governos da esquerda progressista latinoamericana, seguindo a cartilha do Banco Mundial e do FMI expressa pelo Consenso de Washington de 1989. Isso reitera a posição do Brasil como país produtor de commodities do Sul-Global, e incentiva a reprimarização da economia.

Também é importante atentar-se para a falácia da transição energética a partir da indústria automobilística, pois precisaremos acelerar a extração de recursos minerais, como cobre e lítio, para atender a esse modelo. Posto isso, todas as disputas mundiais ligadas à transição energética que vêm no sentido de arrefecer as demandas da indústria automobilística mostram-se como uma contradição da transição falsamente ecológica colocada por gigantes transnacionais capitalistas, visto que pauta-se a partir da extração de recursos minerais. Nesse sentido, a transição ecossocialista determina uma ruptura do modo de se pensar o modelo destrutivo mineral brasileiro.

Um primeiro aspecto que é trazido quando nos colocamos a refletir sobre um novo modelo de exploração mineral rumo à transição ecossocialista diz respeito à possibilidade (re)estatização das empresas mineradoras. Cabe apontar que esse movimento não bastaria, pois correria o risco de o Estado ser apenas o administrador do processo de financeirização das mineradoras. Essa financeirização é responsável pelo ritmo de exploração mineral que aguça os mercados de futuro especulativos, retirando parte da renda do

trabalhador e do que é investido em segurança dos trabalhadores e dos meios de produção (equipamentos, trilhos, maquinários, usinas, barragens e etc), e de parte da renda social do que deveria ser distribuído à sociedade. É preciso, antes, desfinanciar a mineração, retirá-la do poder do mercado financeiro, para que o controle estatal e popular possa ser feito no sentido de atender a necessidades sociais e coletivas, buscando o equilíbrio ecológico.

Faz-se necessário, também, criar (ou fazer valer, caso exista) comitês para a discussão das reais necessidades sociais da mineração, considerando a sociedade brasileira como um todo - a partir da autonomia decisória dos territórios e de seus povos -, e não interesses financeiros. Para tanto, devem ser criados canais de deliberação municipais ou sub-municipais de controle popular, com consulta prévia, livre e informada da população.

É importante que exista a possibilidade de se criarem “**áreas livres de mineração**”, consolidando meios de consulta direta da população antes da instalação de grandes empreendimentos minerários. Essas áreas livres de mineração garantiriam a proteção e preservação ambiental e comporiam uma nova categoria jurídica, garantindo que os requerimentos de lavra não sejam protocolados novamente para áreas em que as populações locais decidiram pela não instalação do empreendimento minerário.

De suma importância, é preciso ampliar a capacidade de fiscalização e monitoramento estatal, tornando independentes os processos de auditoria ambiental, de auditoria de barragens e de licenciamento ambiental - que, atualmente, são de responsabilidade das mineradoras.

No que diz respeito à diversificação econômica e taxaço, urge salientar que a Lei Kandir (Lei Complementar nº87/1996) deve ser revogada, pois ela fomenta a primarização da economia ao isentar de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) empresas exportadoras de matéria prima, desonerando o capital e incidindo economicamente principalmente sobre consumidores. A porcentagem dos royalties da mineração CFEM<sup>1</sup> também deve sofrer reajuste, já que, atualmente, chega a uma taxaço



irrisória de, no máximo, 3,5%. Parte da CFEM, em nível municipal, deve ser constitucionalmente vinculada às pastas da saúde e educação, já que, hoje, pode ser utilizada para todo e qualquer tipo de despesa, fazendo com que esses recursos não beneficiem a população dos municípios minerados e nem compensem os danos sociais e ambientais gerados.

Em se tratando dos trabalhadores e trabalhadoras da mineração, é preciso revogar a reforma trabalhista que fomenta a terceirização, contribuindo para o elevado índice de acidentes de trabalho e para a desvinculação social nos territórios, tendo em vista que, terceirizados, esses trabalhadores e trabalhadoras são expostos à migração em busca de novos empregos.

É preciso, de igual modo, investir em alternativas à mineração. O caso do fosfato é um exemplo que deve ser aliado à pauta da reforma agrária e da transição agroecológica, pois grande parte da mineração de fosfato atende aos sistemas agroindustriais de insumo. Outro exemplo é o modo como o descarte dos resíduos é feito atualmente, prejudicando a possibilidade de reaproveitamento de materiais e sua posterior transformação. O investimento em pesquisa poderia contribuir para a substituição de insumos minerais a partir da transformação de resíduos descartados. Para tanto, a gestão de resíduos entra como uma pauta aliada.

<sup>1</sup> CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais



Foto: Julia Pontés



# **d. Gestão de Resíduos**

A gestão dos resíduos sólidos é muito importante para trabalhadores e trabalhadoras catadores de materiais recicláveis para a garantia de emprego e renda, possibilitando, com isso, a garantia dos demais direitos. Mas não somente para este setor da sociedade. A natureza também é positivamente impactada com a correta destinação dos materiais recicláveis, pois impede que sejam descartados em rios e córregos e que ocorra a queima de matéria prima pelas incineradoras. Nesse último caso, um dos grupos mais afetados quando há a instalação de incineradoras são os catadores e catadoras de materiais recicláveis. Isso porque representa uma classe formada pela parcela da população pobre, negra e periférica, que mora em locais precários, como próximas a lixões ou nas ruas, e que precisa lutar diariamente pela garantia de seus direitos básicos, como moradia, trabalho, renda, dentre outros.

Somente as cooperativas e associações são responsáveis pela retirada de circulação de mais de 800 mil toneladas de material; isso além daqueles que não são computados por serem retirados por empresas ou por pessoas não organizadas em cooperativas e associações. A correta destinação e gestão dos resíduos também possibilita que sejam extraídas novas matérias-primas, consolidando, assim, o reaproveitamento de recursos já extraídos da Terra, como no caso dos minerais metálicos.

Somente é possível enfrentar o sistema capitalista e as garras das grandes empresas com luta coletiva, construída a partir do povo, pobre, periférico, isto é, com as pessoas que vivem as consequências da degradação na ponta. É preciso, para tanto, fomentar a auto-organização desses trabalhadores e trabalhadoras por meio de cooperativas solidárias e associações, juntando-se a outros parceiros de luta também afetados pelas corporações dos resíduos.

Outro passo possível é a aplicação da legislação existente que versa sobre a gestão e a destinação adequada de resíduos. É preciso, ao mesmo tempo, avançar na proibição da produção de descartáveis plásticos que não sejam biodegradáveis, incentivar a redução do uso de embalagens e, também, a produção de embalagens ecológicas por micro e pequenas empresas ou

cooperativas. Deve-se aliar a isso o incentivo financeiro em pesquisas para o desenvolvimento de materiais e embalagens alternativas e biodegradáveis de fontes variadas.

Outro ponto importante diz respeito à aplicação e exigência, por parte de estados e municípios, da legislação da Educação Ambiental, formal e não formal, incluindo os meios de comunicação de massa. É necessário o apoio do poder público, com políticas públicas, para realizar a contratação das cooperativas e associações, garantir a educação ambiental formal e informal, realizar controle e fiscalização sobre o descarte de resíduos e substâncias, principalmente por empresas e corporações. Com recursos públicos, o alcance das ações desenvolvidas poderá ser ainda maior.

A legislação que trata dos trabalhadores na reciclagem é a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, a qual prevê políticas como a contratação direta de cooperativas pelo Poder Público. Por fim, quanto à participação popular, é importante que a população pobre da periferia esteja nos lugares de poder e de tomada de decisão, reivindicando seus direitos através de lutas coletivas.



Foto: Banco de Imagens



# **e. Reforma Agrária e Agroecologia**

A terra ocupa lugar central na nossa sociedade. Os poderes social e econômico sempre estiveram associados à detenção de patrimônio. Uma pequena minoria detém a grande maioria das terras no Brasil, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Essa situação de desigualdade econômica pelo patrimonialismo serve para atender a outra característica levantada por Florestan Fernandes: a dependência econômica. Um exemplo é o agronegócio no Brasil, que não produz alimento, produz commodities para exportação.

Grandes propriedades de latifundiários somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural. Em contrapartida, no Brasil, 74% da força de trabalho é empregada pela agricultura familiar, e, no mundo, 70% dos alimentos vêm da agricultura familiar. Isto colocado, a reforma agrária é um projeto político que vem no sentido de democratizar o acesso à terra ao campesinato, às comunidades tradicionais do campo, indígenas e quilombolas. Para além disso, a reforma agrária popular é um projeto para o fortalecimento da soberania alimentar da população brasileira, com incidência sobre alimentos de qualidade, orgânicos, variados e acessíveis, em contrapartida àquilo que preenche as prateleiras dos supermercados - já que o agronegócio se dedica ao monocultivo envenenado, visto que não se orienta pelo valor de uso, mas pelo valor de troca do que é produzido.

Os quatro principais produtos exportados pelo agronegócio em 2022 foram milho, carne de frango in natura, soja em grãos e farelo de soja. Cabe destacar que 97% desse milho é exportado e usado como alimentação animal, e que o setor de frigoríficos, bem como os demais relacionados à agroexportação, é dolarizado, o que dificulta o acesso da população brasileira de baixa renda a essas mercadorias. Um exemplo disso é que, no ano de 2022, esse setor [frigorífico] bateu recorde de exportação, ao passo que um elevado número de pessoas no Brasil encontrava-se em situação de insegurança alimentar e em filas para a compra de ossos para suas refeições.

Uma reforma agrária ampliada e popular, com a desapropriação e

expropriação massiva de latifúndios, promoveria, também, o desenvolvimento socioambiental do interior do Brasil. Os maiores devedores do Estado são os grandes bancos que detêm terras e imóveis. É preciso, portanto, criar um dispositivo jurídico-administrativo para avançar em expropriações fundiárias para amortecer dívidas públicas de latifundiários. Desapropriar as terras que não cumprem a função social, e, portanto, não atingem o nível mínimo de produtividade agrícola.

Outro ponto é que a monocultura-latifundiária demanda alta concentração de agrotóxicos e de insumos químicos, além de diminuir a fertilidade do solo e aumentar a devastação ambiental. Terras que descumprem legislações ambientais e que cometeram crimes ambientais devem ser expropriadas, já que parte expressiva do desmatamento no Brasil está relacionado ao avanço da fronteira agrícola do capital. A expropriação, e não somente a desapropriação, também deve ocorrer caso essas propriedades não cumpram a legislação trabalhista, tendo em vista que o agronegócio é o setor recorde de denúncias de trabalhos análogos à escravidão.

Deve estar em pauta, ao mesmo tempo, o fortalecimento da EMBRAPA, sob controle popular, para que a ocupação de terras ociosas se dê amparada no desenvolvimento tecnológico e científico junto às universidades e institutos de pesquisas, abrindo espaço para a participação de movimentos populares, cooperativas e agricultores locais - a chamada nacionalização das terras. Deve-se usar, para tanto, a agroecologia e a agrofloresta como ciência e ferramentas para atender às demandas alimentares e econômicas da nossa população.

Os sistemas agroalimentares e agroflorestais ecológicos levam em consideração a diversidade climática, regional, geológica, social, cultural, entre outras, caminhando paralelamente à preservação e regeneração ambiental e aliando-se à produção de alimentos saudáveis, à descolonização alimentar e à soberania alimentar de quem planta e de quem consome. Nesse processo, educação, ciência e pesquisa serão aliadas de suma importância.

Destaca-se aqui, bem como no que se refere à mineração, a urgência de

revogação da Lei Kandir, que isenta de ICMS os produtores de commodities e que incide também sobre as mercadorias do agronegócio - enquanto não há incidência fiscal para a exportação de soja em grãos, há taxaço para a exportação de óleo de soja, o que fomenta a reprimarização da economia, desincentivando a industrialização e a pesquisa brasileira.

É preciso criar, ao mesmo tempo, incentivo financeiro e carteiras de crédito (sem juros ou com juros baixos) para que pequenos agricultores possam modernizar seus equipamentos - como tratores, arados, mecanismos de captação hídrica, entre outros - e sua produção.

A reforma agrária popular é peça fundamental para melhorar as condições de vida também da classe trabalhadora urbana no Brasil. A reforma agrária popular projeta-se a partir dos interesses dos trabalhadores, e não do capital desenvolvimentista agroindustrial. A democratização da terra, aliada a incentivos financeiros e à cooperação dos produtores, promove, de imediato, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

É preciso pensar em uma política estruturante estratégica de produção de alimentos, baseada nas comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponeses e nos assentados de reforma agrária, encurtando os circuitos de economia na relação campo-cidade, reduzindo o preço dos alimentos que chegam ao consumidor e melhorando a qualidade do que se planta, colhe e consome. É preciso interromper a especulação em cima dos alimentos, como praticada pelas grandes redes de supermercado. O incentivo, a ampliação e a descentralização das feiras livres municipais, com prioridade para alimentos orgânicos e produzidos pela agricultura familiar, também devem estar em pauta.

Por fim, programas de compostagem urbana e projetos de hortas comunitárias com a participação social, aliados à educação ambiental, precisam ser desenvolvidos e ampliados nos espaços urbanos, o que passa pela questão da necessidade de um novo modelo de cidade.

<sup>2</sup>Legislação que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos





# **f. Reforma Urbana**

No Brasil, a urbanização se deu de maneira rápida, desordenada e sem planejamento. Desde o início do século 20, o êxodo rural, influenciado pela mecanização da agricultura, empurrou trabalhadores e trabalhadoras do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. A ausência de planejamento e o crescimento acelerado trouxeram diversas consequências para os centros urbanos. A partir dos anos 1970, podemos destacar o crescimento das favelas como um fenômeno expressivo da sociedade brasileira. Hoje, um terço da população urbana global mora em favelas.

A luta histórica pela reforma urbana está baseada em alguns princípios. O primeiro deles diz respeito ao direito à cidade, entendido como a garantia para toda a população dos seus direitos básicos à moradia digna, ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana, ao trabalho digno, ao lazer e à cultura. Um outro princípio se refere à gestão democrática das cidades, entendida como a forma de planejar, produzir e governar as cidades com controle e participação popular. Por último, a função social da cidade e da propriedade, entendidas como a prevalência do interesse coletivo sobre um direito individual de um proprietário.

A redução da jornada de trabalho também é fundamental para se repensar as dinâmicas urbanas. No entanto, não é possível falar de reforma urbana sem falar de racismo, tendo em vista que a maioria do contingente populacional brasileiro que vive às margens e nas franjas urbanas, em áreas carentes de equipamentos e serviços públicos, é de pessoas negras - sendo esse apenas mais um reflexo do racismo estrutural.

Para caminharmos no sentido de uma reforma urbana, são necessárias algumas medidas. Dentre elas, a criação de um Fundo Unificado de Desenvolvimento Urbano e do Sistema de Desenvolvimento Urbano, gerido com participação e controle social, visando romper com a fragmentação das políticas setoriais (de saúde, habitação, educação, meio ambiente, etc.) e com a desarticulação entre os diferentes âmbitos de governo (municipal, estadual e federal). É preciso, ainda, dar uma destinação aos imóveis públicos vazios, em

especial aqueles situados em áreas centrais, direcionando-os à habitação de interesse social, em imediato dirigido à população em situação de rua.

Especial atenção deve ser dada às áreas de risco urbano-ambiental, cuja gestão e redução do risco, atualmente, se dá de maneira reativa, e não preventiva e mitigadora. Para tanto, deve ser consolidado e expandido o sistema nacional de monitoramento e gestão de risco, inclusive com o apoio financeiro, técnico e institucional às prefeituras na elaboração de Planos Municipais de Contingência. Por outro lado, este programa deve conter um amplo plano de obras de controle de inundações, contenção de encostas e urbanização dessas áreas.

Deve ser criado - unindo as três esferas de governo - um programa de saneamento básico ambiental e de mobilidade urbana com reconstrução, em novas diretrizes, dos sistemas de transportes coletivos, visando aumentar a acessibilidade e diminuir seu custo.

Exigir reforma urbana popular - aliada à reforma agrária popular, de maneira imprescindível - é lutar pela cidade que queremos, fundamentada na garantia e no respeito aos direitos de todos os seus moradores e moradoras, especialmente crianças, mulheres, jovens, idosos, negros, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, aos quais é negado, paulatinamente, o direito à cidade.



Foto: Banco de Imagens



# **g. Povos Originários e Comunidades Tradicionais**

Povos originários e comunidades tradicionais enfrentam diariamente (e desde sempre) ameaças, principalmente de invasão aos seus territórios. Um dos vilões dessas permissivas invasões se constitui no mosaico das Unidades de Conservação que atropelam as demarcações de terra e, em muitos casos, se sobrepõem aos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caiçaras. O avassalador racismo ambiental, através dos conjuntos de Unidades de Conservação, não reconhecem formas de viver baseadas nos saberes ancestrais e no desenvolvimento social sustentável das comunidades que lutam para sobreviver em seus territórios.

Atividades culturais do modo de vida e cultura desses povos são interrompidas pela truculência da limitação das suas atividades através de imposições de formas de uso e ocupação de solo. Imposições essas colocadas pelas regras, falsamente protetivas, dos mosaicos de parques, como a proibição da pesca artesanal - visto que instruções normativas são aplicadas nesses territórios, criminalizando pescadores artesanais -, do roçado de coivara e outras formas de roçado tradicionais, suprimindo os povos de seus territórios, em grande parte, centenários, originários e tradicionais.

Há, também, uma apropriação cultural da academia sobre os conhecimentos tradicionais que precisam ser combatidos. É preciso descolonizar um imaginário criado por livros que encobrem a verdadeira história dos povos que já viviam nos territórios e que foram capturados pelos invasores e forçados a outro modo de vida durante a usurpação europeia. Pensar em reforma agrária, titularização de terras, garantir as demarcações dos territórios são soluções primordiais de preservação das florestas, dos animais e de todas as formas de vida nas matas, rios e na terra. Conviver com a Mãe Terra com respeito e amor.

Os povos originários e as comunidades tradicionais sempre defenderam a Mãe Natureza que tanto nos oferta de seus recursos. Cuidam, zelam e preservam as águas, os mares, os rios, as lagoas, as matas e os animais. Priorizar, como dever, é uma retribuição da proteção, amor e cuidado que a terra sempre

ofertou aos seres vivos.

Os povos originários e comunidades tradicionais seguem na contramão da proposta que o capitalismo “verde” oferece, a do falso discurso de preservação que alimenta as desigualdades sociais e pratica a exploração dos recursos naturais. O modelo capitalista promove a concentração de bens e riqueza nas mãos de poucos, visando lucro e interesses individuais. Para construir o bem-viver, é preciso pensar no todo, nas diversidades, independente de cor, raça, gênero, etnia e condição social.

Dentro da proposta de pensar em um guia para a transição ecossocialista, a luta em comum e principal luta é a garantia do território. Povos indígenas representam 5% da população desse território chamado Brasil, no entanto, preservam 85% dos biomas. Precisamos promover a preservação ambiental para salvar o planeta, porém, não é uma questão apenas do ambientalismo, pois não é somente uma questão ambiental, mas uma questão social. É também uma luta contra os privilégios e este modo de vida que explora, envenena, mata e expropria a terra e os conhecimentos ancestrais.

É preciso partir da prerrogativa de que os espaços de sobrevivência dos povos originários e de comunidades tradicionais são espaços mantidos e preservados por esses povos. A busca da transição ecossocialista passa, ainda, pela preservação ambiental para as pessoas e a natureza e pela ressignificação dos interesses para o bem-viver. Passa pelo respeito à autodeterminação dos povos.

Nesse sentido, há frentes de lutas que envolvem a agricultura e a agroecologia, a pesca artesanal e a educação, baseadas nas práticas e nos princípios dos povos originários e de comunidades tradicionais, com matérias-primas que vêm da terra. São saberes e sabedorias diferenciadas, que tomam por base o aprendizado com o conhecimento ancestral, de anciãos e anciãs, e que precisam ser valorizados e tomados como modelo.

Povos originários e comunidades tradicionais promovem o bem-viver e se deparam com a cidade que polui os territórios. A transição entre territórios

tradicionais, do campo e cidade, exige uma transformação para seguirmos caminhando juntos, paralelamente, pois há uma relação de interdependência em todo o geo-ecossistema que precisa ser respeitada.

A cidade promove a destruição dos territórios, a poluição da natureza, proliferando doenças com um modo de vida baseado no consumo desenfreado, de exploração, especulação, envenenamento e destruição. Esses caminhos são opostos à preservação.

Faz-se urgente caminharmos para a preservação da natureza e seus seres, considerando o reflorestamento das mentes na visão de unificar forças entre a cidade e os territórios tradicionais. Observando desde a invasão dos colonizadores, cada organização, cada luta tem sua especificidade e diversidade. Mas todas trilham os caminhos da mesma resistência que sobrevive há mais de 522 anos.

Para além de apenas símbolos de conflitos, os quilombos, comunidades tradicionais, desempenham um papel importante na economia, o de quem vive em consonância com a floresta. A floresta é viva tal qual àquelas e àqueles que resistem nesses espaços.

Desde África, povos que resistiram nos quilombos já se encarregavam de práticas mercantis e usavam desse recurso como estratégia de sobrevivência. Atualmente, existem organizações de apoio e fortalecimento da luta pela preservação e sobrevivência dos povos da floresta, congregando centenas de comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e rurais, movimentos populares, igrejas, sindicatos e entidades ambientalistas. E esses coletivos surgem das ocupações criadas devido às invasões no território por megaempreendimentos, hidrelétricas, mineração, madeireira e especuladoras imobiliárias. O dia-a-dia nesses espaços de luta e de vida é um ato de resistência para a promoção da tradicional forma de produção agrícola e de subsistência, numa relação harmônica em que todas as espécies são beneficiadas, considerando e respeitando formas saudáveis de plantio entre povos e natureza.

Qual ambiente e qual legado seguirão para gerações futuras? Povos

tradicionais possuem farmácia viva, comida viva, plantas que servem como alimento, águas, crustáceos, alimentam-se com responsabilidade, agregam o que precisam com o que a floresta pode ceder, ofertando carinho, respeito e valorização à vida, sem poluir. Não encham a terra e águas de agrotóxicos, não adoecem as pessoas, as mentes, a carne e a alma.

É preciso seguir, também, na via do confronto ao sistema capitalista. Para tanto, indígenas, povos negros e comunidades tradicionais precisam ocupar espaços institucionais para garantir seus direitos e combater o capitalismo. Assim será possível efetivar políticas públicas que promovam o bem-viver, e o combate às desigualdades, tendo a educação como diretriz norteadora, a partir da conscientização e da cura dos corpos e mentes, orientados pela ancestralidade e diversidade de todos os povos.

É preciso aumentar o investimento em bolsas de permanência estudantil nas universidades, para que jovens e adultos de base comunitária possam se manter nesses espaços. Alinhar o conhecimento ancestral à educação formal, consciente da questão socioambiental e da proteção dos territórios através do conhecimento tradicional e da representatividade dos povos, é agregar mais uma ferramenta de luta.

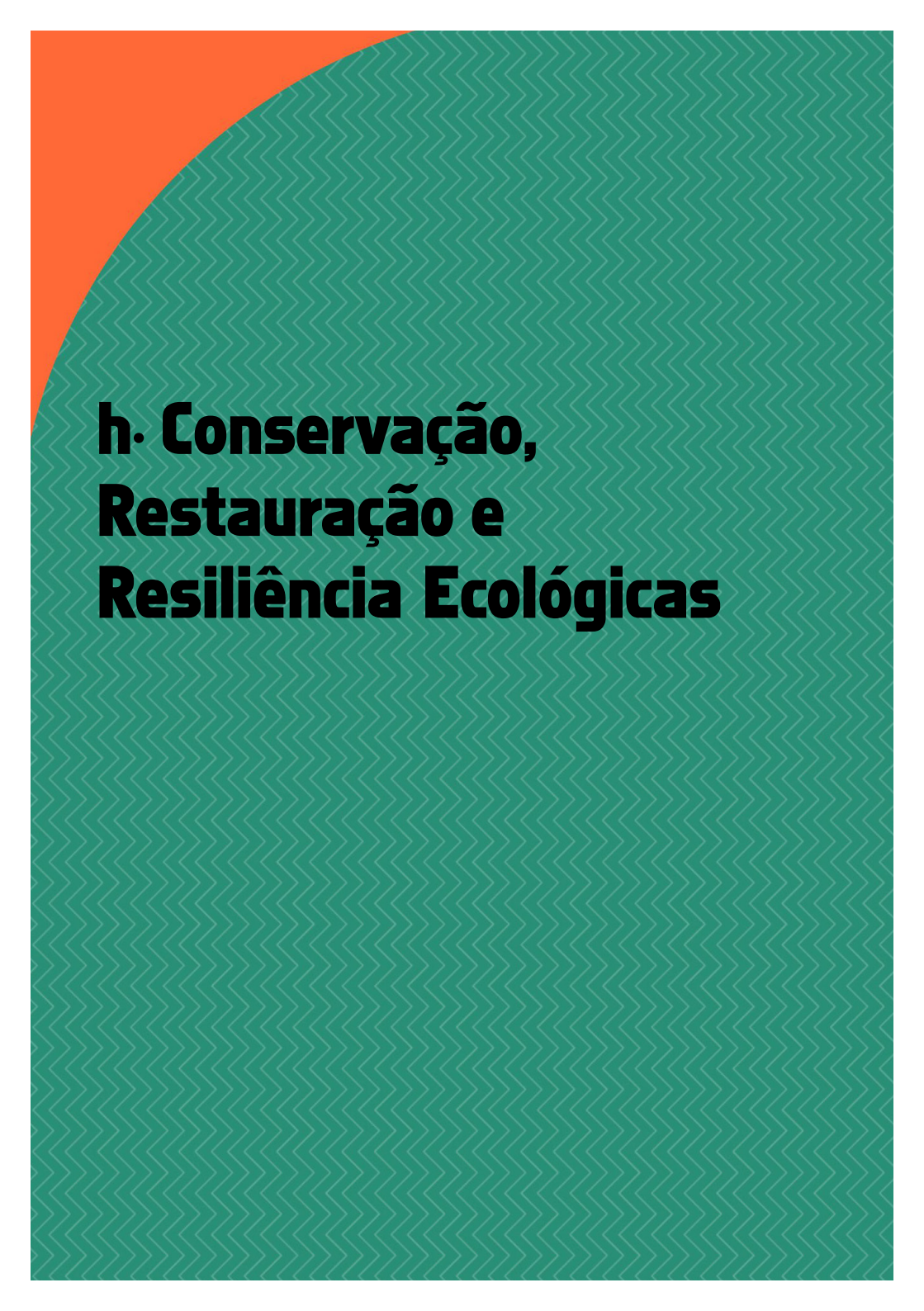
Além disso, é preciso frear a especulação imobiliária - aterradora vilã das comunidades - e a ação dos algozes da floresta e dos territórios que desrespeitam os povos originários e as comunidades tradicionais. É urgente frear o desmatamento, a emissão de licenças ambientais que atendem aos interesses empresariais e de governança depredadores. Ainda, frear os agrotóxicos (superando o seu uso), o avanço rápido e avassalador da cidade nas áreas de floresta e a falta de respeito para com os povos originários e as comunidades tradicionais. É preciso criminalizar e responsabilizar o etnocídio. Também é de suma importância estabelecer e respeitar a consulta prévia, livre e informada para que os povos originários e comunidades tradicionais participem das tomadas de decisões em todo assunto que diz respeito à interferência direta e indireta aos seus modos de vida e cultural.



Que os encantados de luz, os orixás, os caboclos, as pretas velhas, os pretos velhos estejam presentes para orientar essa transição, para que a humanidade possa conduzir essa luta, cada dia mais, segurando uma na mão da outra e do outro para atravessar esse desfiladeiro que é o desmatamento e o envenenamento das florestas e do planeta.



Foto: Ana Flavia Carvalho



# **h. Conservação, Restauração e Resiliência Ecológicas**

Ao longo do processo de colonização, a natureza e os povos indígenas foram encarados como objetos em um projeto de invasão, dominação e expropriação. O primeiro ciclo econômico em Pindorama, hoje denominado Brasil, já incluiu a derrubada de árvores - começando com o pau-brasil - num processo que, séculos depois, intensificado pelo capitalismo e a implementação de sistemas agropecuaristas intensivos, culminaria no retalhamento da paisagem, fragmentando e isolando áreas nativas em uma matriz monocultural.

A relação humanidade-natureza se dá num processo de cocriação, onde ambos atuam enquanto sujeitos, transformando(-se) e adaptando(-se). Populações de animais não-humanos e espécies de vegetais, de fungos e outros seres também participam desse processo. Nesse sentido, a fragmentação da paisagem pode resultar em isolamento populacional de espécies especialistas com relação ao habitat, ou na adaptação evolutiva no caso de espécies generalistas.

A modernidade separa humano e natureza, criando espaços delimitados onde aquilo que é chamado pelo ser humano de “meio ambiente” possa existir, num sistema de dominação e cercamento dos espaços naturais, como as Unidades de Conservação. Ainda que sejam fundamentais para a proteção dos remanescentes dos ecossistemas, sendo uma frente de resistência diante do contínuo avanço da degradação, em sua maioria, as Unidades de Conservação se configuram como pequenas porções isoladas de natureza intacta ou pouco degradada, mas não são suficientes para a conservação de processos evolutivos e ecológicos existentes.

Por isso, é preciso que novas Unidades de Conservação sejam criadas a partir da base da sociedade e garantindo a permanência e a soberania das comunidades que ali vivem. Mas mesmo isso seria insuficiente, porque a maior parte dos ecossistemas encontra-se em áreas privadas, sendo fundamental a fiscalização dessas áreas privadas destinadas à preservação, como as Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Legais para assegurar o mínimo de

manutenção dos agroecossistemas. A demarcação de terras indígenas e quilombolas também é um passo fundamental para assegurar a conservação de áreas, seres humanos e não-humanos e culturas.

Ao mesmo tempo, seria preciso uma reforma agrária popular que revertesse a concentração de terras e transformasse o atual modelo agrícola de monocultura, majoritário no Brasil. As áreas monoculturais têm características espaço-temporais diferentes das nativas: monoculturas são espacialmente homogêneas e, ao longo do tempo, apresentam momentos com muita ou pouca biomassa, fruto das atividades de plantio e colheita. As áreas nativas, por sua vez, não mudam tanto ao longo do tempo, mas apresentam certa heterogeneidade espacial devido às várias espécies vegetais que ocupam a paisagem.

Além dessas alterações temporais na paisagem, o sistema agropecuário atual, baseado no monocultivo intensivo, degrada o solo, matando microrganismos e aumentando o processo de lixiviação dos nutrientes. O uso intenso de agrotóxicos causa acúmulo trófico, um processo de transferência do solo para as plantas, das plantas para os animais e chegando nos pratos das pessoas, contaminando todos os seres vivos, do campo até as florestas e as cidades. A consequência disso para a agricultura é a dependência química.

O discurso pró-agrotóxicos da agricultura convencional é anacrônico e influenciado por intenso e contínuo lobby político. A agroindústria, em geral, é a que obtém recursos públicos (créditos e fomentos), além de isenção de impostos para aquisição e utilização de agrotóxicos. É uma forma de corromper a ciência agrônoma e as ciências como um todo, inclusive a ciência conservacionista e restaurativa. A industrialização da agricultura é produtivista e de larga escala, pois tem um único objetivo: o lucro. Além disso, é uma lógica que pauta-se no princípio de que a natureza é algo desvinculado do ser humano, a parte da sociedade.

A restauração ecológica, por sua vez, é um horizonte estratégico para a transição ecossocialista. Ela permite recuperar e conservar os solos, recuperar

nascentes, proteger corpos hídricos, sequestrar carbono, evitar o processo de savanização das florestas e conservar a biodiversidade. A restauração foi inicialmente pensada com o propósito de retomada do ecossistema original, em um modelo rígido e pouco dialético. Mas, na medida em que a restauração foi se aprofundando enquanto campo científico, foram consideradas a dinâmica e a vivacidade dos ecossistemas, colocando em pauta múltiplas possibilidades e trajetórias. O ecossistema é também sujeito de sua própria cocriação.

Existem projetos de diferentes complexidades, como pequenos consórcios, passando por sistemas agrosilvipastoris, sistemas agroflorestais, até projetos de recuperação geral das funções do agroecossistema. Isso tem relação com os interesses de quem o faz, porque a restauração ecológica envolve uma intencionalidade humana que a orienta e conduz. É preciso, portanto, ter clareza de quem faz, porquê faz e como faz a restauração ecológica.

O capitalismo considera a modernização e desenvolvimentismo, mas não considera outras perspectivas de natureza, modos de vida e cosmovisões. Por isso, a agroecologia e os sistemas agroflorestais oferecem um novo paradigma de conhecimento para a ciência no que diz respeito à conservação e restauração ecológicas, e um caminho importante para os movimentos sociais, conectando os diversos saberes e impulsionando a organização popular. A agroecologia, enquanto prática ecológica e cultural, permite a recuperação de processos biológicos e ecológicos que foram perdidos por conta da agricultura industrial.

A restauração precisa ser abrangente e praxiológica, não apenas como um meio para um fim determinado, como é dada pelas tentativas ecocapitalistas de restauração - como, por exemplo, sendo um meio para a certificação florestal ou para pagamentos por serviços ambientais -, mas como um caminho a ser seguido dentro de um horizonte de transformação sistêmica.

Por isso, é preciso pensar no histórico da paisagem e nas funções das espécies no agroecossistema durante o processo de restauração, realizar monitoramentos antes, durante e após a restauração, tanto das populações

de espécies vegetais inseridas no sistema, como das populações de animais selvagens que vivem/utilizam esse agroecossistema, da microbiota e estrutura do solo, do microclima. Também deve estar alinhada com a construção e o fortalecimento da autonomia e da soberania dos povos, em especial daqueles que vivem na, pela e com a terra (campesinos, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, etc.).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) é um exemplo de movimento social que luta pelo direito à terra e ao território, e que utiliza da restauração e da agroecologia como práxis e como ferramentas de luta. Com o plano “Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”, o MST tem o objetivo de (re)conectar o cuidado dos bens da natureza, o reflorestamento do país, a produção de alimentos saudáveis e a garantia de soberania alimentar. Além disso, militantes do movimento fazem o trabalho de denúncia de áreas improdutivas e degradadas, do uso de agrotóxicos, e da exploração do agronegócio.

O agronegócio é o setor que tem acesso a água para irrigação, a créditos financeiros e a investimentos, mas é a agricultura familiar que produz 70% dos alimentos que chegam aos pratos dos brasileiros e brasileiras. Por isso, o MST entende o plantar e o alimentar como atos políticos, de modo que a organização no movimento social eleva o nível de consciência de classe e possibilita aproximação popular do horizonte revolucionário de transformação da sociedade e da nossa relação com a natureza.

Dentro da perspectiva de recuperação de sistemas ecológicos, é preciso pensar, além do campo e da floresta, nas cidades como componentes dos ecossistemas que se desejam recuperar. Assim, a resiliência se apresenta enquanto perspectiva para recuperação de desastres socioambientais. Desastres são alterações abruptas em sistemas socioecológicos que podem ser causadas por fenômenos naturais hidrometeorológicos, mas que têm sido intensificados e tornados mais frequentes por conta das alterações climáticas - alterações que afetam a sociedade e são por ela causadas.

Resiliência diz respeito à capacidade de um sistema responder, se recuperar e retornar às condições anteriores ao desastre. A resiliência leva em consideração não somente os sistemas sociais, mas toda a cadeia ecológica, a natural e a transformada pelo ser humano. Contudo, a resiliência vem sendo cooptada pelo ecocapitalismo e transformada em um modelo de negócios - como tudo aquilo que o capital toca: as cidades resilientes. Nesse sentido, é preciso disputar, bem como fazemos com a transição energética, o sentido dessa palavra que vem ganhando cada vez mais centralidade nas agendas nacionais e internacionais de gestão e redução do risco a desastres.

Para isso, é preciso pensar no cenário pré-desastre a partir de uma visão totalizante, levando em conta que, mesmo que populações humanas estejam sujeitas à mesma ameaça, o risco vivenciado não é o mesmo, pois a maior ou menor vulnerabilidade a desastres é resultado de determinações sociais e de escolhas políticas. As políticas de gestão e redução do risco a desastres, portanto, devem caminhar no sentido de fortalecer a resiliência das comunidades e dos ecossistemas, paralelamente à promoção da redução da vulnerabilidade.

Isto posto, obras de contenção e mitigação das ameaças não são as únicas ações que devem ser realizadas. E, a depender de como e por quem são levadas adiante, acabam sendo mais uma forma de gentrificação, pois o capital pode lucrar sob a justificativa de avanços tecnológicos como solução para problemáticas ambientais. Um exemplo de resiliência a partir de uma perspectiva comunitária, popular e ecologicamente integrada são as populações ribeirinhas que utilizam dos métodos construtivos das palafitas suspensas para mitigar o impacto das enchentes e inundações. Não é a cidade que precisa ser resiliente, e sim a sociedade, as pessoas e o ecossistema.

É preciso, além disso, caminhar no sentido de regulamentar a legislação brasileira no que se refere à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e de reprogramar a atuação da Defesa Civil, que, em muitas cidades, se dá de maneira reativa e não preventiva. Faz-se importante, também, fortalecer o monitoramento e o investimento nos órgãos públicos responsáveis pelo

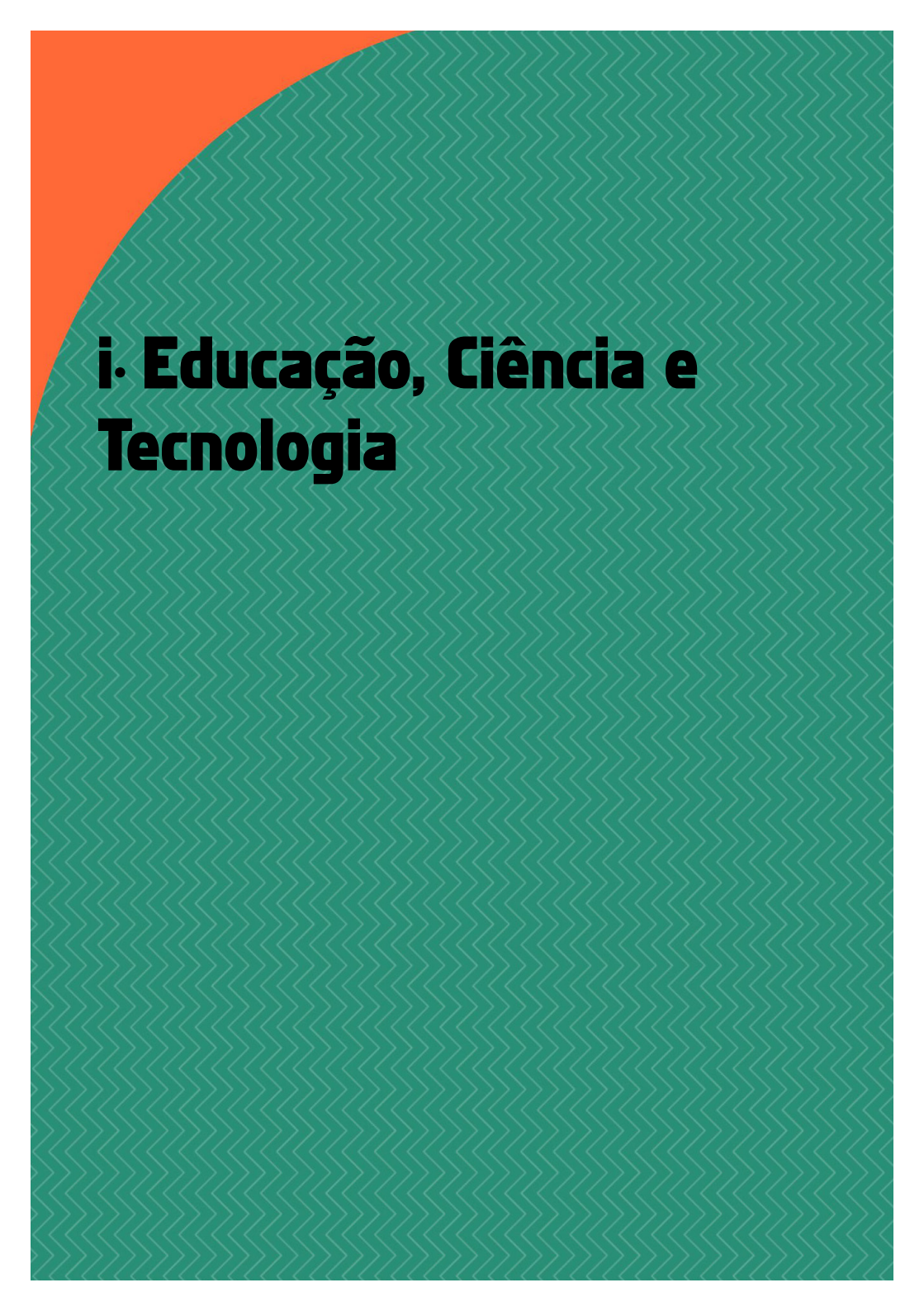
gerenciamento do risco, capacitar os agentes de defesa e proteção civil, integrar as secretarias municipais para que as ações de mitigação e prevenção de desastres se desenvolvam de maneira ordenada e conjunta, e ampliar a participação social nos Núcleos de Defesa Civil Comunitária (NUDEC).

Outra estratégia é encaminhar, paralelamente, a construção de uma política habitacional nacional, ampla e massiva, tendo em vista que as pessoas marginalizadas pela sociedade - em sua maioria negras e empobrecidas pelo sistema - são lançadas para as áreas de risco devido à especulação imobiliária e à dificuldade de acesso à moradia digna e em áreas urbanizadas e ambientalmente seguras.

O investimento em pesquisa e em profissionais capacitados para fazer a gestão desse cenário, promover o levantamento de dados da população residente em áreas de risco e desenvolver o mapeamento dessas áreas se faz urgente, tendo em vista que os desastres, além de cíclicos e persistentes no Brasil, são escanteados não apenas da mídia, mas da alçada do poder público em períodos de estiagem. Cabe ressaltar que é possível conviver pacificamente em áreas mapeadas como de risco baixo e médio; risco esse que, quando mitigado, não se desencadeia em desastre. Para tanto, a promoção da educação ambiental relacionada aos desastres se faz necessária.

Por fim, entende-se a necessidade central de nos organizarmos para reverter o cenário de uma ciência e pesquisa que fomentam, majoritariamente, soluções ecocapitalistas como formas de mitigação dos problemas socioecológicos. Para isso, é preciso encarar a conservação, a restauração e a resiliência ecológicas como ciências multidisciplinares e anticapitalistas, com propostas conceituais, metodológicas e de políticas públicas com horizonte revolucionário e que auxiliem no processo de transição ecossocialista. Nesse sentido, temos muito a aprender com os movimentos sociais na busca pela construção de projetos de restauração e resiliência populares e na qual a natureza seja também um sujeito de direitos.





# **i. Educação, Ciência e Tecnologia**

Educação, ciência e tecnologia são elementos estruturantes das sociedades e engana-se quem pensa que elas são fruto da modernidade. Muitos povos e sociedades humanas, históricas e atuais, possuem diferentes formas de educar, fazer ciência e produzir tecnologias, algo que foi sistematicamente silenciado e invisibilizado pelo projeto dominante, eurocêntrico, colonizador e imperialista. Esse processo se dá não apenas com o epistemicídio que ocorre junto ao genocídio dos povos indígenas e africanos, como também através da apropriação sistemática e contínua de saberes, conhecimentos, técnicas e tecnologias, ao mesmo tempo em que nega sua validade, importância e origem.

Configura-se, assim, em uma ciência-mercado produtivista e disciplinar, distante das necessidades reais e inacessível para a grande maioria da população. Os cortes nas verbas de pesquisa nas universidades e institutos, promovidos pelo governo federal nos últimos 6 anos, revelam tal perspectiva. O processo em curso desvaloriza os trabalhadores (pesquisadores e docentes) da área, os conhecimentos produzidos que configurem críticas aos interesses das corporações, os fóruns científicos e revela, nessa perspectiva, que ou a ciência se submete aos financiadores ou não haverá pesquisa.

É preciso ampliar as políticas afirmativas que garantem o acesso e a permanência material e subjetiva na educação formal (do ensino básico à pós-graduação). É preciso dar espaço para as mulheres, a população negra, indígena, quilombola, campesina, pessoas com deficiência, pessoas trans, com o devido reconhecimento e valorização de suas ações e contribuições.

É preciso superar a tecnociência capitalista através da troca de saberes e do fortalecimento de ciências decoloniais, realizadas a partir de pesquisas colaborativas. Isto posto, não adianta apostar em tecnologias renováveis para o enfrentamento das mudanças climáticas que perpetuam a epistemologia moderna. É preciso, na contramão, investir em tecnologias sociais (e mesmo ancestrais) desenvolvidas a partir de uma ciência que se propõe contra-colonial e anticapitalista, associada, portanto, a mudanças estruturais na sociedade.

Para tanto, é fundamental que a destinação de recursos e investimentos

públicos no ensino e na pesquisa passe pelo controle social, reduzindo a influência das grandes corporações que se aproveitam das universidades públicas para promover, de modo barato, pesquisas voltadas aos interesses privados.

É preciso, também, criar espaços de acolhimento institucional para filhos e filhas das mães cientistas, sendo essa uma ação de combate às desigualdades de gênero e racial para que ampliemos o acesso de mulheres-mães nesses espaços - já que as funções e trabalhos de reprodução social, em uma sociedade patriarcal, são de responsabilidades das mulheres. Também é preciso ampliar a política de ações afirmativas para cargos de docência, aumentando a participação e representatividade da população negra nesses espaços.

Nesse sentido, é necessário também rever o atual modelo de educação “bancária”, já criticada por Paulo Freire, e que se torna cada vez mais instrumental e tecnicista. Para que as transições ecossocialistas possam de fato acontecer, é preciso construir uma educação verdadeiramente libertadora e que forme sujeitos críticos e atuantes na transformação da sociedade, e com capacidades para lidar com os muitos desafios do nosso tempo, tais como os impactos cada vez mais graves e complexos das mudanças climáticas.

Assim, é necessário rever não apenas o currículo escolar, mas o próprio espaço, a forma, o conteúdo, a dinâmica e a gestão das escolas, das universidades e das demais instituições de ensino e pesquisa. Faz-se urgente resgatar questões e disciplinas que foram menosprezadas, incluir a arte, a história e a cultura dos povos indígenas e africanos, a agroecologia, as tecnologias sociais, a educação ambiental, a educomunicação, educação climática etc nos currículos formais. Exemplos práticos existem inúmeros, no entanto, devem ser construídas políticas públicas a partir da base, que orientem e deem escala a essas transformações.



# **i. Saúde e Cultura**

É preciso uma mente e um corpo saudáveis para vivermos com qualidade e dignidade. Na saúde, especialmente na saúde mental, e na cultura, vivencia-se, nos últimos anos, um agravamento do descaso com as políticas que garantem o acesso a esses bens. Tais áreas são tidas neste sistema como estanques e incomunicáveis.

Presencia-se uma cultura doente, de grandes espetáculos, com desgaste do corpo até o limite, sem refletir sobre os reflexos na saúde. Uma cultura que não se preocupa com as desigualdades geradas pelo seu modo de produção, em que poucos ganham muito e muitos ganham pouco pelo trabalho desenvolvido na arte, com supersalários de alguns determinados artistas - principalmente aqueles ligados à grande mídia televisiva -, concentrando dinheiro nas mãos de poucos. E isso também move a economia capitalista. A cultura popular, por sua vez, é cristalizada como folclore. É preciso incluir a distribuição de renda ao se pensar a cultura, permitindo o acesso a serviços e a recursos públicos de incentivo e fomento.

A ideia para um novo modelo de sociedade, pautado em princípios revolucionários, portanto, apresenta a cultura, a saúde e sua relação com a natureza sob um outro viés, diferente daquele cultivado no sistema capitalista. No sistema capitalista, as áreas do conhecimento são tidas como estanques, separadas, e a cultura popular é tida como folclore, explorada e espetacularizada de maneira desrespeitosa. A saúde, por sua vez, não é vista de modo integrado com a natureza, com o modo de vida, com a economia e demais áreas da vida.

A ideia, na perspectiva ecossocialista, é pensar em cultura e saúde de maneira transversal, pautando-se no bem-viver e na cultura viva comunitária. A cultura viva comunitária é dinâmica, não estancada, é processo permanente como as culturas tradicionais. É viver para além de sobreviver e em perspectiva coletiva. Isso porque não há possibilidade de ter saúde de modo individual; não há saúde num planeta doente. Mais do que isso, é preciso garantir que as diversidades coexistam com as visões populares, aproveitando as experiências existentes no Brasil, na América Latina, na América indígena.

A cultura comunitária, com a participação de todas as pessoas, contrapõe-se à monocultura, podendo ser comparada à agrofloresta e à permacultura. A

cultura comunitária traz o respeito dialógico, o plantar, o cultivar e o colher, com vínculo afetivo. Apresenta-nos uma utopia concreta, posta em prática, a cultura como cuidado coletivo.

E essa cultura viva, popular e comunitária possibilita a cultura transversal, do estar e viver em sociedade, incluindo, também, a forma de construção das casas e dos espaços em que vivemos, o modo como nos relacionamos, a música, as vestimentas, a alimentação e o modo de prepará-la, as medicinas naturais, como se produz os resíduos ou se reaproveita os materiais orgânicos e recicláveis. A cultura viva e saudável traz a impressão digital dos povos, e é passada de geração a geração.

É uma cultura para além das artes, pois tudo que é cultura é arte, mas nem tudo que é arte é cultura. Os raizeiros, as benzedeadas, a agricultura familiar, todo o modo de vida dos povos originários podem ser vistos como cultura em um horizonte ecossocialista e pautado pelo bem-viver. Uma cultura mais ampla, que cuida da natureza, que tem ligação com povos que a produzem, que trazem sabedoria e ligação forte com a terra, como os maracatus, os foliões, os quilombolas, o jongo, etc.

É possível pensar, também, nessa interlocução da saúde e da arte com práticas como a palhaçaria dentro de hospitais, em que a linguagem artística promove a saúde física e mental - pois corpo e mente são integrados -, tanto para quem a vê como para quem a produz. As doenças mentais e o sofrimento psíquico, com arte e produção coletiva de cultura, podem ser minimizados. Mesmo como entretenimento, produzem felicidade interna, podendo servir como ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa, mais saudável e integrada à natureza.

Na perspectiva do bem-viver, para além de democratizar a cultura e de promover atividades culturais para a população, é necessário reconhecer a cultura regional, o que já é produzido por grupos locais. Os povos originários e as comunidades tradicionais são exemplos de como avançar rumo ao bem-viver a partir de suas cosmovisões. É preciso aprender com os povos originários para lidarmos com as questões da natureza, da saúde mental, dos cuidados com a vida e da convivência na Terra.

Uma cidadania cultural com radicalidade, popular, reconhece a maioria do nosso povo como produtores de cultura, compartilhada, acessível e distribuída, valoriza quem produz em seu território, permitindo que mais pessoas acessem essas e outras culturas com respeito.

O capitalismo é o inimigo número um da natureza, da saúde e da cultura. É preciso pensar em como enfrentá-lo com os elementos culturais, sociais e de saúde. E o cinema, o teatro, as artes em geral podem ser também instrumentos de denúncia das violações e das desigualdades produzidas pelo sistema.





# • **Considerações Finais**



A proposta materializada no presente Guia buscou articular diálogos no intuito de fortalecer e criar caminhos e estratégias orientadores para uma luta em defesa da natureza e dos povos, a partir de uma perspectiva baseada em demandas do Sul-Global, rumo à construção das condições materiais para uma transição ecossocialista.

Foi possível perceber, ao longo desta construção, que a transição não terá um projeto único. Nesse sentido, não pretendemos que este material se coloque como uma verdade absoluta. Pelo contrário. Tentamos visibilizar ideias e propostas que vêm sendo pensadas, organizadas e praticadas por quem se dedica ao tema, seja na pesquisa, seja na luta nos territórios. Este guia não será, portanto, algo definitivo, mas em constante construção. Compreendemos, também, que os temas a serem abordados não se limitam aos que aqui foram elencados. É possível expandi-los e desmembrá-los. Por isso, o objetivo é que este guia inspire novos ciclos de diálogo para a construção de propostas e o compartilhamento de experiências e ideias.

O debate sobre a superação do modelo capitalista e do projeto colonial é mais do que necessário, é urgente. O ponto fundamental é acreditarmos que a mudança é possível, pois os donos do capital querem que acreditemos que outro modelo social e econômico é irrealizável, postulando uma certa essencialidade do capitalismo, pautando o fim da história. No entanto, é preciso acreditar não de maneira ingênua, mas no esperar ativo de quem faz a luta política.

Existem inúmeras experiências, históricas e atuais, de resistência e transformação social. Precisamos nos inspirar naquilo que deu (e vem dando) certo, refletindo e agindo a partir de demandas e especificidades locais. A mudança é necessária e dela depende nossa sobrevivência enquanto espécie.

Para tanto, devemos cada vez mais nos articular e nos informar para construirmos juntos projetos populares que apontem caminhos para o futuro, um por vir rumo à transição (ou transições) ecossocialista. E que sejamos capazes e que tenhamos coragem de anunciar e nomear o que, de fato, queremos e demandamos para essas transições.



# • **Produção Editorial**

- **Contribuíram Para a Construção Deste Guia**

- **Organização e Revisão**

Talita Gantus de Oliveira

- **Diagramação e Ilustração Capa**

Ana Flavia Carvalho

- **Autores e Autoras**

Ana Flavia Carvalho, Isabela Kojin Peres, Jéssica Abonizio Gouvea, José Roberto Cabrera, Rachel de Miranda Taveira, Talita Gantus de Oliveira

- **Participaram das Rodas de Conversa que Inspiraram a Construção Deste Guia**

Alessandro Azevedo, André Gonçalves, Angélica de Freitas, Binho Riani, Brígida Salgado, Bruno Fernandes, Caio Garcia, Cássia Fellet, Davi Amorim, Gabriel Colombo, Giliad Silva, Henrique Magalhães, Ingrid Sateré Mawe, Isabela Kojin, Jéssica Abonizio Gouvea, João Machado, Joice Lopes, José Correia Leite, Juliana Garcia, Julio Karai Sapukai, Laísa Batista, Lucas César, Luiz Marques, Máira Rodrigues, Márcio Zonta, Marcelo Soares, Márcio Santos, Marcos José de Abreu, Maria Lúcia de Oliveira, Octávio Mono, Pedro Aranha, Pedro Kawamura, Renan Andrade, Renata Belzunces, Renato Dagnino, Santiago Bernardes, Talita Gantus, Vania Gomes, Vitor Hugo Tonin

- **Agradecimento**

Fundação Rosa Luxemburgo